

Resposta à resenha do livro *A linguagem rural da região de Major Porto, Município de Patos de Minas (MG): Uma visão linguístico-ecossistêmica*.  
Campinas: Editora Pontes, 2021.

Hildo Honório do Couto \*

**ORCID iD** <https://orcid.org/0000-0002-7398-0439>

*A linguagem rural da região de Major Porto, Município de Patos de Minas (MG): Uma visão linguístico-ecossistêmica*. Campinas: Editora Pontes, 2021. In: *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras* vol. 2, nº 1, 2022, p. 242-249, feita por Alexandre António Timbane.

Fiquei muito feliz ao ver a resenha que o professor Alexandre António Timbane, da UNILAB de São Francisco do Conde-BA, fez do meu livro supra. É uma resenha bastante detalhada, que entra em detalhes que a maioria dos que o resenharam deixou de lado. Timbane começa falando da “capa dura, estampada por uma foto de uma casa com paredes não rebuçada, construída de tijolos de fabrico local, uma janela de onde se vê um homem posando para a foto” (p. 242).

Acrescenta que “não poderia faltar o meio ambiente, por fora da casa se observa um arbusto florido que embeleza a casa. O telhado deixa a ideia de que se trata de uma casa antiga. No verso da capa se observa uma fazenda, rodeada da natureza e um cerco de proteção para animais” (242). Fala das orelhas, do prólogo da ecolinguista galega Teresa Moure, do epílogo do ecolinguista catalão Pere Comellas e da quarta capa. Por fim, “para que o leitor leia a parte que lhe interessa. Para além da introdução e conclusão, o livro apresenta 9 partes principais” (p. 242). Tudo isso contextualiza melhor o livro e facilita a compreensão do seu conteúdo.

Timbane examina minuciosamente os nove capítulos do livro, dando uma boa ideia de seu conteúdo aos leitores e às leitoras de *Njinga e Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. Quem ler sua resenha tem um bom ponto de

---

\* Graduado em Letras Vernáculas pela Universidade de São Paulo (1969), mestrado em Linguística pela Universidade de São Paulo (1973) e doutorado em Linguística pela Universitaet zu Köln (1978), Alemanha. Atualmente é Pesquisador Associado da Universidade de Brasília, tendo obtido o título de Professor Emérito em 12 de junho de 2017. Tem experiência nas áreas de Fonologia (em que se doutorou), Contato de Línguas, Crioulística e Ecolinguística, atuando principalmente nos seguintes temas: contato de línguas, relações entre língua e meio ambiente (Ecolinguística). Atualmente, está desenvolvendo, juntamente com colaboradores, a versão da Ecolinguística chamada Linguística Ecossistêmica, que contém uma vertente para análise do discurso (Análise do Discurso Ecológica/Ecossistêmica - ADE). Fundou "Ecolinguística: revista brasileira de ecologia e linguagem (ECO-REBEL)" em 2015, o site Linguística Ecossistêmica e tem o blog Meio ambiente e Linguagem. 1) endereço da revista: <http://periodicos.unb.br/index.php/erbel> 2) endereço do site: [www.ecoling.unb.br](http://www.ecoling.unb.br) 3) endereço do blog: [www.meioambienteelinguagem.blogspot.com](http://www.meioambienteelinguagem.blogspot.com)  
E-mail: [hiho@unb.br](mailto:hiho@unb.br)

partida para entender o livro. Mas, a discussão científica não se constitui apenas de encômios de um autor a outro e vice-versa. Pode haver discordâncias de opinião também, e frequentemente são as discordâncias acadêmicas que fazem a ciência progredir. É o que pretendo mostrar nesta Resposta à bela resenha de Alexandre Timbane.

A publicação desta resenha me deu a oportunidade para tentar esclarecer alguns pontos, tanto teóricos quanto empíricos, que me parece não terem ficado muito claros. A maior parte desses pontos se encontra no âmbito das “Bases teóricas”, que constituem o primeiro capítulo do livro. Timbane afirma que “o autor inicia desconstruindo a ideia de que a língua é um “instrumento” argumentando que ela não é instrumento de comunicação, mas sim a própria comunicação e o núcleo da língua são as regras interacionais”. Perfeito, nada a reparar.

Ainda no primeiro capítulo, “Bases teóricas”, as discordâncias entre mim e Timbane começam quando ele afirma que a família não pode constituir uma comunidade de fala. Em suas palavras, “Ao nosso ver, a família é tão restrita que nos direciona para individualidade, o que nos leva a entender que uma família é muito menos para ser comunidade de fala no contexto” (p. 243). Ora, na Linguística Ecosistêmica a comunidade de fala é um ecossistema linguístico, que é constituído de uma população ou grupo de pessoas (P), morando em algum lugar, que é seu território (T), e interagindo pelo modo local de interagir, sua linguagem (L). Pois bem, uma família constituída por pai, mãe e dois filhos (P), por exemplo, que mora em alguma casa (T) com seus membros se comunicando pelos padrões interacionais habituais, sua linguagem (L). Essa linguagem pode incluir elementos comuns com a linguagem urbana e com a estatal (chamada pela tradição de “padrão”). Toda língua do mundo e toda linguagem de qualquer grupo sofre influência de fora e pode influenciar grupos de fora. Mais, pela teoria da Linguística Ecosistêmica, até duas pessoas dialogando constituem uma comunidade de fala, no caso, comunidade de fala mínima. Tudo isso está em perfeita sintonia com o conceito original de ecossistema na Biologia, formulado em Tansley (1935).

Diante do que acaba de ser dito, mesmo que das comunidades cicopi e cisena façam parte sobrinhos, tios e outras pessoas e entidades, isso não refuta a asserção de que a família constitui uma comunidade de fala. O que interessa são as pessoas que convivem no mesmo território, no caso, na mesma casa. Alguém que resida fora dele não é seu membro, mesmo que seja socialmente considerado parente. O P de determinada comunidade de fala é constituído por todas, e só, as pessoas que vivem no T desse P. Talvez se possa falar em comunidade de fala familiar ampliada, para incluir esses outros

membros da família que não residem na casa da família nuclear. Afinal, o conceito de comunidade de fala é bastante maleável, justamente por ser um ecossistema (linguístico).

A propósito da crítica da Linguística Ecológica ao conceito de “língua padrão” (para não falar em “língua culta!”), por considerá-lo preconceituoso, Timbane diz: “Abro parênteses para explicar que o grande problema não são os sociolinguistas variacionistas, mas sim a sociedade que elegeu e legitimou uma das normas intitulada de “norma-padrão”, exigida na formalidade” (242). Concordo em parte com essa asserção. Porém, o que importa não é quem “elegeu e legitimou” determinado conceito nem de onde ele surgiu. O que interessa é que os sociolinguistas variacionistas adotaram o conceito de “língua padrão”, provavelmente por importação do inglês *standard language*. No entanto, não se trata de “culpa dos sociolinguistas variacionistas”. Pelas razões explicadas no livro, o termo “padrão” é preconceituoso, quer os sociolinguistas variacionistas concordem com isso quer não.

Logo em seguida, Timbane assevera que “As definições de língua e linguagem na visão da linguística ecológica (p.28) não ficaram claras porque não existe uma só forma de definir língua. Em muitos momentos é melhor perguntar o que é, o que não é língua para a Comunidade de Fala. O que pode ser língua para o povo tsonga pode não ser para o linguista, daí a importância de respeitar a Comunidade de Fala” (243). Em toda a literatura linguístico-ecológica fica explicitamente definido o conceito de língua e linguagem (L), compatível com as interações no ecossistema biológico, ou seja, L é o como se dão as interações verbais no interior do ecossistema linguístico. Se se tratar de comunidade de língua, será língua; se de comunidade fala, linguagem, e aí se vê uma clara distinção entre língua e linguagem, coisa que a maioria das teorias linguísticas não faz. Essa é também a concepção de Salikoko Mufwene, que diz que para o leigo, língua é o seu modo de se comunicar (MUFWENE, 2001, p. 2): se for L de todo um povo, será língua; se L de uma comunidade de fala em seu interior, linguagem.

Quando entra no segundo capítulo, “A comunidade de fala Fazenda Capivarinha”, Timbane critica o conceito de diálogo. Para ele, “nem sempre o diálogo é feito por duas pessoas. Em outras realidades pode se ter diálogo entre 1 pessoa e uma entidade (deus ou antepassado). Os deuses e os antepassados esta intimamente ligados ao meio ambiente, à natureza e há uma relação respeitosa entre os “vivos”, “entidades” e natureza (plantas, montes, água, nuvens, animais, etc.)” (p. 244). Deixando de lado a concepção da Escola Ecolinguística de Odense (Dinamarca), segundo a qual sempre há um terceiro em qualquer diálogo (triálogo), é preciso lembrar que a Linguística Ecológica leva em

conta o conceito de prototipicidade, segundo o qual tanto a ema quanto a juriti são aves, mas a juriti é um representante mais prototípico da espécie.

Se há algo que esteja relativamente bem assente na Linguística Ecológica é a questão da prototipicidade. Como em qualquer categoria, também aqui há representantes prototípicos e representantes não prototípicos, de modo que o núcleo da linguagem, a interlocução ou diálogo, se dá prototipicamente entre duas pessoas, ou dois seres, mesmo que um deles não seja de nosso mundo físico, mesmo que se trate de glossolalias ou de alguém em êxtase e “falando línguas”. Por isso, na concepção linguístico-ecológica de diálogo pode-se perfeitamente “incluir o elemento espiritual, virtual no ecossistema cultural”; isso “é fundamental, uma vez que a cultura está em interação comunidade e envolve esses elementos” (p. 244). Por fim, concordo inteiramente com Timbane quando afirma que “Não tem como estudar a Comunidade de Fala descartando a visão do mundo que essa sociedade tem no seu imaginário” (p. 244). Aliás, o oitavo capítulo do livro é dedicado a esse assunto.

Deve ser observado que nenhuma dessas formas de interação verbal é prototípica. Isso porque, como demonstraram convincentemente Bakhtin (1981) e Benveniste (1989), mesmo no caso das obras literárias temos diálogo, mesmo que seja entre o autor e seu alter-ego, ou entre o “eu falante” e o “eu ouvinte” de Benveniste. Completada a obra, alguém pode lê-la, inaugurando o diálogo entre autor e leitor. Em Couto & Couto (2019) encontra-se uma tentativa de aplicação desses princípios à análise de “Se eu quiser falar com Deus” de Gilberto Gil.

Quando Timbane entra no terceiro capítulo, “Nomes de lugares: a microtoponímia na interação pessoa-pessoa e pessoa-mundo”, de novo fala de algo com que não concordo plenamente. Retomando a noção de território, ele diz: “Não fico clara a qualidade ou quantidade da dimensão desse T. Sou de opinião que não precisa ser medido porque a medição nos levaria a uma comparação. Se tem “micro” pressupõe-se que haja “macro”” (p. 244). De novo, é mera questão de mensuração. O T da comunidade de fala de Moçambique é territorialmente muito maior do que o T da comunidade de fala de Maputo, assim como a comunidade de fala da Fazenda Capivarinha é milhares de vezes menor do que a de Minas Gerais e, muito menor ainda do que a do Brasil. Afinal, a fazenda tinha apenas cerca de 20 alqueires.

No que tange aos capítulos 4 (Nomes de pessoas: apelidos), 5 (Nomes de animais domésticos), 6 (Nomes de plantas e etnomedicina) não há nada a reparar. Os comentários de Timbane estão impecáveis. Falando do capítulo 7 (A comunicação

humano-animal numa fazenda de Major Porto), Timbane traz informações interessantes. Ele chama a atenção para o fato de que em Moçambique os modos de comunicar com cachorros, gatos, galinhas, porcos, vacas e cavalos são diferentes. Ele acrescenta, corretamente, que “isso leva-nos a concluir que a percepção dos sons dos animais e onomatopeias depende de cultura para cultura” (p. 246). Às vezes há diferença de sons para comunicar com os animais até dentro de um mesmo país de grande extensão territorial como o Brasil.

Do que Timbane fala do capítulo 8 (A memória e a existência da comunidade), nada há para comentar ou responder. Está tudo perfeito. Uma última discordância entre nós se dá no que ele afirma de algo que se encontra no último capítulo, o de número 9 (Narrativas orais). Ele assevera que o “livro analisa essas narrativas sob o ponto de vista da análise de discurso ecossistêmica” (247). Eu agradeço essa afirmação porque ela me oferece oportunidade para esclarecer que a Análise do Discurso Ecossistêmica (ADE) é a parte da Linguística Ecossistêmica dedicada ao estudo dos textos-discursos. Porém, seus textos-discursos prototípicos são os que envolvem questões de vida. As duas categorias centrais da ADE são: 1) defesa incondicional da vida, 2) luta contra o sofrimento evitável. Não sendo esse o caso, a análise pode ser feita diretamente pela disciplina abrangente da Linguística Ecossistêmica, como foi feito na análise de “Se eu quiser falar com Deus” em Couto & Couto (2019). Não obstante isso, a ADE pode ser utilizada para a análise de todo e qualquer tipo de texto, inclusive esse texto de Gil – afinal, por ser parte da Linguística Ecossistêmica, ela encara seu objeto holisticamente –, contanto que mantenhamos em mente o fato de que seu objeto de análise preferencial, prototípico são os textos-discursos que envolvam questões de vida, ou do seu polo oposto, a morte, preferivelmente exposto em forma dialógica.

Para terminar, gostaria de agradecer ao meu colega e amigo Alexandre António Timbane por ter feito uma resenha tão pormenorizada de meu livro. Agradeço inclusive pelos pontos de discordâncias, pois, como já adiantei acima, são elas que me fizeram pensar melhor sobre determinados pontos da Linguística Ecossistêmica e de sua subteoria Análise do Discurso Ecossistêmica. É assim que a ciência avança. É preciso acabar com a ideia subdesenvolvida de que crítica a determinada obra é crítica ao autor.

## Referências

- BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem*. 2.ed. São Paulo: HUCITEC, 1981.  
BENVENISTE, Émile. *Problemas de linguística geral II*. Campinas: Pontes, 1989.

Hildo Honório do Couto, Resposta à resenha do livro *A linguagem rural da região de Major Porto*

COUTO, Elza Kioko N. N. do; COUTO, Hildo Honório do. Uma leitura ecolinguística de 'Se eu quiser falar com Deus' de Gilberto Gil. *ECO-REBEL* vol. 5, nº 2, p. 40-53, 2019, disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/erbel/article/view/27661/23798>

MUFWENE, Salikoko. *The ecology of language evolution*. Cambridge: Cambridge University Press, 2001.

TANSLEY, Arthur G. The use and abuse of vegetational concepts and terms. *Ecology*, vol. 16, nº 3, p. 284-307, 1935.

Recebido em: 29/09/2022

Aceito em: 30/09/2022

**Para citar este texto (ABNT):** COUTO, Hildo Honório do. Resposta à resenha do livro *A linguagem rural da região de Major Porto, Município de Patos de Minas (MG): Uma visão linguístico-ecossistêmica*. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), vol.2, nº Especial, p.454-459, 2022.

**Para citar este texto (APA):** Couto, Hildo Honório do.(2022). Resposta à resenha do livro *A linguagem rural da região de Major Porto, Município de Patos de Minas (MG): Uma visão linguístico-ecossistêmica*. *Njinga & Sepé: Revista Internacional de Culturas, Línguas Africanas e Brasileiras*. São Francisco do Conde (BA), 2 (Especial): 454-459.

